

Páginas de Outrora: Traços da História do Livro-reportagem no Brasil¹

Alexandre Zarate MACIEL²
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo

Este artigo toma como perspectiva central as posturas profissionais dos repórteres que transformam o seu relato jornalístico em obras e se propõe a traçar uma breve história do livro-reportagem no Brasil. Parte dos pioneiros Euclides da Cunha e João do Rio; passa pelos repórteres-cronistas dos anos 1920, como Benjamim Costallat e pelas experiências dos jornalistas da revista *O Cruzeiro*, como David Nasser e Edmar Morel; e desemboca nos recentes contratos diretos dos profissionais da imprensa com editoras como a *Companhia das Letras* para produção de livros exclusivos. A intenção é debater como os modelos de jornalismo de cada época foram transpostos, também, para o formato de livros de não-ficção jornalísticos. O artigo também esboça o panorama atual do livro-reportagem e as suas possibilidades no campo do jornalismo.

Palavras-chave: História do Jornalismo; Jornalismo Impresso; livro-reportagem; jornalistas; campo editorial.

Introdução

Qualquer tentativa de traçar uma história da reportagem no Brasil e, neste caso, a trajetória dos livros escritos por jornalistas, precisa considerar os diferentes modelos de jornalismo e de literatura praticados no país desde o início do século XX. O que se ensaia neste artigo não é um olhar sobre as obras e os seus conteúdos, mas um estudo sobre o perfil dos jornalistas brasileiros que escreveram relatos de não-ficção em forma de livro. Quais são as características comuns desses cronistas, observadores de mazelas sociais, “flanadores” dos recônditos das metrópoles e do campo e investigadores das mudanças comportamentais, sociais e econômicas?

Para Lima (2009, p.211) é justamente nas primeiras décadas do século XX que “a narrativa jornalística, em reportagem, ensaia seus primeiros grandes passos de independência da literatura, sua busca de um caminho próprio, desembocando em livro”. Os pioneiros incontestáveis seriam Euclides da Cunha, ainda arraigado ao “sonho literário” e o cronista Paulo Barreto, conhecido como João do Rio, com as suas crônicas afeitas ao relato do factual, ao cotidiano da metrópole em ebulição.

¹ Trabalho apresentado no DT1-Jornalismo XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Doutorando do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz (MA). Orientação: professor pós-doutor Heitor Costa Lima da Rocha. E-mail: alexandremaciel2@gmail.com.

A imprensa brasileira daquele período começava a experimentar, de forma lenta e tardia, uma transformação de estilos e narrativas que estava em processamento na Europa e Estados Unidos desde a metade final do século XIX. Para Bulhões (2017, p.113), não foi completa a transição entre o folhetim e o relato frenético dos fatos que encontramos, por exemplo, nos livros de João do Rio. A reportagem brasileira vai assimilar, segundo esse pesquisador, “traços que também atendam às mesmas necessidades de ficção e fantasia”.

É preciso tomar cuidado, no entanto, em definir os primeiros livros escritos por jornalistas como *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, como livros-reportagem. Esse tipo de produto só teria espaço e começaria a se consolidar, segundo o olhar teórico de Catalão Jr. (2010, p.100), por volta dos anos 1970. A definição fica prejudicada, na opinião desse autor, justamente pela “inexistência de um público leitor massivo”, pelos poucos representantes do jornalismo que se aventuraram em livro naquele período, como Euclides da Cunha e João do Rio, além do “estágio incipiente em que ainda se encontravam o mercado editorial brasileiro e o processo de profissionalização do jornalista”.

Concordando com a perspectiva desses pesquisadores, este artigo parte do princípio de que qualquer tentativa de enquadramento do gênero livro-reportagem, em termos históricos, em algum cânone específico do jornalismo é infrutífera e inútil. É mais instigante entender a produção desses livros de não-ficção ao longo do século XX e início do século XXI, pelo olhar dos jornalistas que os produziram, seus perfis e posturas profissionais. A forma como assimilavam as influências e transformações da imprensa na época que atuaram. E qual era o jeito específico de cada um deles observar a realidade, o cotidiano, os fatos históricos, além das suas ligações híbridas de estilo narrativo com a literatura, a crônica e a história.

Os sertões de Euclides e o olhar encantado de um João

Pela ótica das influências entrelaçadas que o jornalismo brasileiro mantém com a literatura e a história, a obra *Os Sertões* (1901), de Euclides da Cunha, é realmente um marco para o livro-reportagem no Brasil, embora seja um ensaio literário. Marco nem tanto pela linguagem, barroca, complexa, bem diferente das estratégias de sedução e clareza narrativa que outros jornalistas lançariam mão ao escrever livros. Mas, sim, pela

paciência do jornalista escritor em deixar decantar a experiência de ter acompanhado um *front* de guerra, em Canudos, no sertão da Bahia, como repórter do jornal *O Estado* (então *A Província*) de *S. Paulo*. Com olhar de jornalista paciente e fumaças de literatura, Euclides transforma aquele noticiário telegráfico, fragmentado, enviesado, em uma observação social mais aguda, embora questionada pela sociologia atual, tendo o ser humano e os seus conflitos como o centro.

A matéria-prima de *Os Sertões* nasceu a partir da missão assumida pelo engenheiro, escritor e repórter do jornal, Euclides da Cunha, de acompanhar a última das quatro expedições do governo republicano que resultou no massacre do arraial de Canudos. Para Vidal e Souza (2010, p.102), a cobertura jornalística do episódio de Canudos apresentou, justamente, “os antecessores diretos da reportagem brasileira contemporânea”. A intenção, inédita na imprensa nacional, era, com a ajuda da figura do repórter, também uma novidade, criar uma ilusão para o leitor de “estar o mais perto possível do combate entre conselheristas e soldados republicanos”. Revelar, portanto, para o resto do Brasil, o que acontecia naquele país “remoto”.

No prefácio original, Euclides afirma que o que aconteceu em Canudos foi, “na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (CUNHA, 2010, p.20). Tendo mais tempo para preparar sua obra, longe do calor da batalha e das circunstâncias de censura, Euclides da Cunha, mesmo ainda tomado pelo determinismo, constrói, em *Os Sertões*, um poderoso libelo contra a opressão dos seres humanos. Portanto, mais do que tentar enquadrar *Os Sertões* como um produto jornalístico, ou um livro-reportagem, o que realmente esta obra não é, em sua forma, as atitudes do jornalista-autor, seu olhar sobre a realidade é que ficam como lição para o desenvolvimento da reportagem no Brasil.

Paulo Barreto ou João do Rio, no entanto, é realmente o primeiro jornalista que percebe a importância de perpetuar o seu trabalho, - espalhado na forma de crônicas-reportagens no jornal carioca *Gazeta de Notícias* e na revista *Kosmos*, publicações das primeiras décadas do século XX, - no formato de livro. As obras *Religiões do Rio* (1906), *Cinematógrafo* (1909), *A alma encantadora das ruas* (1910), *Vida vertiginosa* (1911) e *Os dias passam* (1912), embora ainda contaminadas por maneirismos estilísticos, antecipam um olhar mais humanizado que caracterizaria a reportagem brasileira.

Em uma crônica do livro *A alma encantadora das ruas* chamada *A rua*, João do Rio (2008, p.31) explica ao leitor a raiz do seu método de investigação: “É preciso ter o espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes: a arte de flunar”. Como sintetiza Vidal e Souza (2010, p. 31), João do Rio “relata o que vê, transcreve os diálogos com seus informantes, descreve os acontecimentos sociais e os lugares em que são dramatizados. Ele é o repórter da cidade e do seu tempo”.

A herança de João do Rio foi mais forte, com o florescimento de repórteres-cronistas interessados no mergulho do submundo das cidades em transformação nos anos 1920. Bulhões (2007, p. 113) destaca que Benjamim Costallat fez tanto sucesso nessa época que chegou a ser lido em outros países da América do Sul. Ele fechou um contrato com o *Jornal do Brasil* em 1924, já famoso, para produzir uma série de reportagens intitulada “Mistérios do Rio”. No prefácio do livro homônimo que lançou agrupando todas as crônicas, o próprio Costallat já começa a distinguir o seu trabalho da ficção dos folhetins e da literatura: “Não se escreve mais com os recursos exagerados dos romances de ‘capa e espada’. Hoje, o que o escritor procura dar, e que o próprio público leitor exige, é a verdade. A verdade nos ambientes, a verdade na ação e a verdade nos personagens”.

Esses exemplos deixam patente que existiu toda uma tradição de jornalismo em forma de crônica e o mais interessante para esta tese, com publicação em livros de sucesso, na primeira metade do século XX, no Brasil. De herança francesa, a crônica encontrou no Brasil e seus personagens pitorescos território fértil para seu desenvolvimento, inclusive abraçando o jornalismo diário e o livro.

Reportagem e sacerdócio: livros nos anos 1950-60

Pesquisadores da história da imprensa brasileira apontam os anos 1950 como um período marco de uma busca de autonomia do jornalismo em relação à literatura, justamente quando a reportagem, carregada de impressões pessoais dos jornalistas, passa a ser evitada. Como pondera Bulhões (2007, p.136), a implementação do *lead* e outras marcas de objetividade inicialmente no *Diário Carioca*, em 1951 e logo depois no *Jornal do Brasil* e no *Última Hora*, assimilou sinais que “vinham dos Estados

Unidos, cujo padrão de impessoalidade e objetividade noticiosas havia muito se expandia pelo mundo, tornando-se imperativo no pós-guerra”. Já para Lima (2009, p. 222), a efervescência cultural e o “intervalo de liberdades democráticas” que se estendeu de 1945 a 1964 representou um solo fértil para criar um “ambiente estimulador para a experimentação e a renovação”.

Joel Silveira é justamente um desses representantes da resistência de um estilo diferente de se fazer jornalismo, já que, segundo Bulhões (2007, p.139), o repórter valorizava uma atitude textual que “contraria o conceito de uniformidade jornalística propagada pela assimilação do padrão americano”. E Joel Silveira deixou um legado de 19 livros de reportagens e crônicas com base em olhar jornalístico, entre os quais se destacam as impressões das batalhas em *O inverno da guerra*. Além de outros, com reportagens políticas recheadas de sarcasmo e ironia que lhe valeram o apelido de “víbora” por parte do seu chefe, Assis Chateaubriand, como *A feijoada que derrubou o governo* e *A milésima segunda noite da Avenida Paulista*. Mais uma vez, confirma-se a tese de que os jornalistas-cronistas tinham grande apreço pelo formato livro e que esse estilo de narrar, mais leve e inserindo-se na narrativa, agradava ao público.

O mais polêmico entre os jornalistas que se aventuraram no campo do livro neste período, com certeza é David Nasser. Quase sempre acompanhado do mítico fotógrafo Jean Manzon, o repórter protagonizou episódios polêmicos, como o controverso contato aéreo com os índios Xavantes; uma reportagem fictícia sobre a suposta morte de Manzon, além de disfarçarem-se de estrangeiros para tentar enganar Chico Xavier, então iniciante na sua vida de médium. Em *Mergulho na aventura*, lançado em 1945, hoje uma raridade, estão reunidas as principais reportagens da dupla. Inclusive com um prefácio de Assis Chateaubriand louvando o livro como uma possibilidade de conferir longevidade a certas reportagens que merecem ter um status mais duradouro. Nasser também deixou para a posteridade livros polêmicos como *A revolução dos covardes* (1947) e *Falta alguém em Nuremberg: torturas da polícia de Filinto Strubling Muller*, estratégias da editora *O Cruzeiro* de publicar obras com revelações “bombásticas” da política nacional após o final da ditadura de Getúlio Vargas, o Estado Novo, em 1945.

Nome consolidado na imprensa desde os anos 1930 e tendo se formado nas redações de *O Globo*, *A Tarde*, *Diário da Noite*, mas, principalmente, em *O Cruzeiro*, entre 1938 e 1947, Edmar Morel também deixou um legado de reportagens publicadas em forma de livros, como *Moscou ida e volta* (1952), *A revolta da chibata* (1959) e *A*

marcha da liberdade (1987). De origem humilde e formação autodidata, Edmar Morel caracterizou-se por reportagens intrépidas, como uma volta pelas fronteiras do Brasil em 12 dias, percorrendo 20 mil quilômetros em 200 horas de voo. Também desbravou Mato Grosso, em 1943, em busca do coronel Fawcett, cuja expedição foi eliminada pelos indígenas Kalapalo, segundo pôde apurar, e transformou a história no livro *E Fawcett não voltou*, em 1944.

Na apresentação do livro *Histórias de um repórter*, Edmar Morel (1999, p.10), em texto de 1988, brinca com a ausência de lucros em sua carreira de autor de livros-reportagem: “Contemplo meus 15 livros, num total de 23 edições. Todos os direitos autorais não dão para comprar um Fusca zero quilômetro”. Em prefácio do mesmo livro, intitulado “Morel, o repórter”, Nelson Werneck Sodré (1999, p.12) elogia as características do jornalista, que reunia, em sua opinião, “qualidades excepcionais de coragem, audácia, faro para o acontecimento insólito, capaz de atrair as atenções e prendê-las a ponto de absorver o interesse do público por dias e dias”.

Como se percebe, a presença do livro de reportagens começa a se tornar um pouco mais comum a partir do pós-guerra, no Brasil, ainda que não se possa falar de um mercado sequer em consolidação para o gênero. Os jornalistas-autores encaravam o produto livro como uma possibilidade de reunir o que consideravam de melhor em sua produção. Já se afirmava, pelo menos, o caráter de maior perenidade do livro dentro das significações simbólicas da instituição jornalística. Mas nenhum desses nomes lançou ao desafio de preparar material exclusivo para livro, o que só vai se tornar mais comum a partir de meados dos anos 1980. Também é notável que esta produção pioneira, que abrangeu mais da primeira metade do século XX, tenha em comum a figura do repórter-narrador intrépido, que tudo observa e analisa, com uma narrativa na maior parte das vezes coloquial, com estratégias de proximidade com o leitor.

Olhares múltiplos sobre o real: livros-reportagem e romances-reportagem

Para muitos autores o marco definidor da expansão da grande reportagem no Brasil só se deu mesmo no período áureo da revista *Realidade*, nos anos 1960 e também com o trabalho do *Jornal da Tarde*, que se estendeu pelos anos 1970. Lima (2009, p.237) considera que o sucesso dessas publicações, que apostavam no “aprofundamento de abordagem quanto mais refinado na proposta estética”, ajudaram a audiência a se

acostumar com produções jornalísticas nessa linha, “fazendo uma parcela se interessar em consumir livros-reportagem que ofereçam uma modalidade de informação mais densa”. Ele compara a revolução da *Realidade* à de revistas como *Esquire* e *The New Yorker*, que abrigaram grandes nomes do que seria o *new journalism* norte-americano, como Tom Wolfe, Gay Talese e Norman Mailer.

Os anos 1970, justamente os do auge da ditadura na primeira metade e uma distensão “lenta e gradual”, para não dizer fictícia na segunda, representaram o marco inicial do que podemos considerar um mercado editorial profícuo para livros escritos por jornalistas. Comparando o contexto de livros escritos por repórteres norte-americanos, como Gay Talese, Tom Wolfe, Norman Mailer e principalmente Truman Capote, nos anos 1960, o chamado *new journalism*, com o cenário brasileiro da década de 1970, Catalão Jr. (2010, p. 102) percebe especificidades e singularidades do jornalismo publicado em livros no Brasil.

Enquanto os norte-americanos estavam tentando descrever a “efervescência social, cultural e comportamental da década de 1960”, no Brasil, os jornalistas-autores que passaram a se aventurar cada vez mais no território dos livros estavam dando uma resposta clara à censura e autocensura das redações. Além de tentar atender a uma “demanda sufocada do público leitor por narrativas, informações, análises e descrições – políticas, especialmente – cuja circulação era reprimida pelo governo ditatorial da época” (CATALÃO JR., 2010, p.102). Essa demanda pelo “real” nos livros, menos atingidos por uma censura feroz, manifesta-se em diferentes vertentes.

Uma das formas de interpretação do real em livros mais notável e que mereceu, na academia, estudos sistemáticos, foi o chamado romance-reportagem, que tem no maranhense José Louzeiro seu grande representante. Tomando por base casos reais, principalmente no território do jornalismo policial, mas ficcionalizando a narrativa, Louzeiro é autor de livros de sucesso editorial, como *Lúcio Flávio, passageiro da agonia* (1977), a respeito do famoso criminoso; *Aracelli, meu amor* (1976), sobre uma menina seviciada e morta por membros da elite do Espírito Santo e *Infância dos Mortos* (1977), sobre meninos de rua, que inspirou o filme *Pixote, a lei do mais fraco*, de Hector Babenco.

Em entrevista ao caderno “Folhetim” do jornal *Folha de S.Paulo* publicada em 13 de janeiro de 1980, José Louzeiro explicou como trabalhava com a matéria prima do real para elaborar novas interpretações com a ajuda da literatura em seus livros. Ele, a

princípio, pondera que, “na literatura, como em qualquer outra atividade artística, predomina sempre o fator invenção”. Na sua visão, no caso do trabalho do repórter, ao recolher o material para uma reportagem, ele também vai “reinventar, dar uma ordem ao que viu, ao que coletou”, sendo que o mesmo aconteceria na sua literatura, tomando por base fatos pulsantes da realidade. Louzeiro conclui que “hoje a sociedade está fornecendo uma gama de elementos de tal ordem” que, se ele tivesse condições, escreveria “um livro de 400 páginas por semana”.

Desafiando o sistema: a experiência pioneira da *Alfa-Omega*

A afirmação de um mercado brasileiro para o livro-reportagem seria muito mais tardia, também, sem a ação corajosa da editora *Alfa-Omega*, do editor Fernando Mangarielo. Além de ter publicado obras de Marx e Engels, a pequena editora apostou em iniciativas ousadas no campo do jornalismo, como encampar a publicação de *A Ilha*, de Fernando Morais, em 1976. Em 1978, a editora *Alfa-Omega* desafiou o governo militar brasileiro ao lançar em bancas de revistas uma série de cinco livros-reportagem intitulada *História Imediata*, que abordavam temas tabus e silenciados pela grande imprensa. O primeiro número, que quase esgotou, em uma semana, a sua tiragem inicial de 25 mil exemplares, demonstrando um ávido interesse dos leitores, foi justamente *A guerrilha do Araguaia* (1978), resultado do trabalho coletivo de Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vicent Carelli e Jaime Sautchuk.

Empolgados com o sucesso, os editores criaram, na contracapa do livro número 2, *A greve na voz dos trabalhadores: da Scania a Itu* (1979), um curioso anúncio, ilustrado pelo desenho de uma moeda em pé, projetando uma sombra, equilibrada, emoldurando um texto que anunciava: “Agora você pode saber, com todos os detalhes, como é que aconteceram todos aqueles fatos que a censura escondeu dos brasileiros durante tanto tempo”. E assume o compromisso com os leitores de, mensalmente, mostrar “como é o outro lado da moeda – o lado que o mundo oficial proibiu e a grande imprensa silenciou”.

No número 3 a coleção traria uma reportagem contundente do jornalista Carlos Luppi, *Araceli, corrupção em sociedade* (1979), abordando o mesmo assassinato que José Louzeiro também exploraria. No número 4, em um perfil biográfico escrito pela dupla de jornalistas Getúlio Bittencourt e Paulo Sérgio Markun, o tema foi a vida de *D.*

Paulo Evaristo Arns: o cardeal do povo (1979). E, no quinto e último volume, *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*, Luiz Henrique Ramagnoli e Tânia Gonçalves relataram toda a história atribulada da entidade estudantil.

Outra contribuição essencial da editora *Alfa-Omega* para a história do livro-reportagem no Brasil foi aceitar publicar o hoje clássico *A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, de Fernando Moraes, em 1976. A iniciativa se comprovou uma aposta editorial certa, e acabou contribuindo para a percepção de que havia todo um mercado ávido por reportagens em forma de livro. O jornalista Fernando Moraes abraçou um tema tabu, em pleno governo militar, viajando clandestinamente para Cuba.

Classificando a narrativa de Fernando Moraes como “cristalina”, ou como “um olho de câmera no cinema aberto sobre um tema”, o escritor Antonio Callado chama o leitor à leitura: “E passo aqui ao leitor a reportagem de Fernando Moraes, sólida e cerrada como uma fortaleza nos dados que apresenta, mas ao mesmo tempo transparente, pois deixa ver dentro dos muros a alegre atividade de um povo empenhado na autoria de si mesmo” (CALLADO, 1978, p. 18).

Além de ser um marco na história do livro-reportagem brasileiro, *A Ilha* abriu a perspectiva de todo um mercado editorial. Foi um sucesso comercial, com 30 edições esgotadas e detentor do marco de 60 semanas nas listas de livros mais vendidos, com traduções na Europa, Estados Unidos e América Latina. Ou seja, um indício de que, mais do que a reportagem publicada cotidianamente nos meios de comunicação, o livro-reportagem apresenta um potencial de perenidade na proposta de interpretação de mundo que enseja. A partir dessa experiência, outros jornalistas passaram a perceber que exercitar o jornalismo em forma de livro era uma maneira de escapar dos grillhões das redações e experimentar formas mais plurais e intersubjetivas de narrar a realidade.

O fato de jornais de referência, como o *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo* terem aumentado os seus investimentos nas grandes reportagens, em geral publicadas em séries, gerou uma nova leva de jornalistas-autores. Ancorados pela *Alfa-Omega*, passaram a publicar os seus trabalhos na forma de livro-reportagem no final dos anos 1970. O mais produtivo foi Percival de Souza, que ganhou quatro prêmios Esso em sua carreira e escreveu 14 obras, sendo algumas das mais importantes *A prisão* (1979), trazendo as histórias humanas dos presos da Casa de Detenção de São Paulo; *O crime da rua Cuba* (1989), repercutindo seu trabalho de repórter policial; *Eu, Cabo Anselmo* (1999), no qual conseguiu depoimentos-chave desse nome controverso da história;

Autópsia do medo (2000), sobre o também polêmico delegado Sérgio Fleury e *Narcoditadura* (2002), a respeito das circunstâncias do assassinato do repórter investigativo Tim Lopes na mão de narcotraficantes.

Em depoimento à Cleofe Sequeira (2005, p.40), Percival de Souza fez questão de frisar que seus livros não são mera reprodução das reportagens originalmente publicadas na imprensa, e, sim, uma forma de lançar um olhar mais aprofundado e contextualizado sobre os temas: a reportagem sai publicada no jornal, conforme foi combinado com a chefia de redação, “mas como nem tudo que se apura pode, por limitação de espaço do jornalismo diário, ser publicado, costumo construir uma outra história, que nada tem a ver com a reportagem”.

Fernando Morais e Percival de Souza representam uma transição clara de atitude dos jornalistas com relação aos livros-reportagem. Situam-se entre a primeira fase de transposição de suas investigações publicadas na imprensa para os livros, até agora descrita, na qual havia pouca alteração dos textos originais e uma nova tendência, que vai se fortalecer a partir dos anos 1980, de encarar o livro como um espaço muito mais aprofundado para o exercício da reportagem. Aos poucos, as editoras vão passar a investir em repórteres que apresentam projetos exclusivos de reportagem para livros, principalmente biografias, com sucesso editorial supostamente previsível, tornando ainda mais variada e consistente a produção de livros-reportagem no Brasil a partir de meados dos anos 1980.

Interpretando vidas: o caso das biografias

Na sua configuração de gênero jornalístico, a biografia tinha sido pouco explorada em forma de livro-reportagem até Alberto Dines, já veterano na imprensa, praticamente inaugurar uma tendência que se tornaria uma das mais interessantes para o mercado editorial brasileiro: a biografia jornalística. *Morte no Paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*, que teve a sua primeira edição publicada pela editora *Nova Fronteira* em 1981, também consolida uma atitude nova por parte dos profissionais de imprensa de encamparem produções exclusivas para serem publicadas em livros-reportagem. Em depoimento ao pesquisador Sérgio Vilas Boas (2006, p.30), Dines diz se gabar de ter escrito “o primeiro livro de uma rica safra de biografias escritas por jornalistas”, antes

que Fernando Morais, Ruy Castro, Jorge Caldeira e, mais recentemente, Lira Neto e Mario Magalhães se afirmassem como os principais nomes nesse nicho do mercado.

Com o fim da ditadura militar, em 1985, e particularmente a partir de 1988, época de *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, o contexto da redemocratização e a ânsia de colocar no papel tudo que havia sido dominado por muitos anos pelo monopólio do segredo incentivou o crescimento do mercado editorial brasileiro para livros-reportagem e biografias. Um pouco antes, *Olga* (1985), de Fernando Morais, por exemplo, ajudou a tirar do limbo da história uma personagem que até então era relatada como uma sombra de Luís Carlos Prestes e não com o seu devido protagonismo. Já *Rota 66* (1992), de Caco Barcellos tocou na ferida dolorosa e oculta da estrutura violenta da polícia brasileira. Em outra vertente, *Chega de Saudade* (1990), de Ruy Castro, abriu caminho para todo um conjunto de livros, sobretudo biográficos, a respeito do mundo artístico, esportivo e cultural brasileiro.

O fato de jornalistas calejados nas redações terem aceitado o desafio de se dedicar por anos a produzir obras exclusivas em livro e o sucesso que muitos encontraram junto ao público fizeram com que editoras como a *Companhia das Letras*, *Record* e, posteriormente, *Geração Editorial* e *Planeta*, só para citar as maiores, encarassem os livros de não-ficção escritos por jornalistas como um segmento a ser incentivado. Também não pode deixar de ser registrado como fator da expansão dos livros-reportagem a própria crise da imprensa escrita diária, particularmente a partir dos anos 1990, com queda de circulação, redução de assinaturas, muitas demissões de repórteres especializados, falta de investimento financeiro na produção de grandes reportagens e concorrência com a internet. Acuados em seu campo de trabalho, os jornalistas mais experientes apostaram no livro.

As biografias não-autorizadas acabaram se tornando o produto comercial jornalístico de maior sucesso entre as várias modalidades de livros-reportagem no Brasil, principalmente em meados dos anos 1990. Naquele período, como lembra Vilas Boas (2002, p.11), livros como *Chatô*, de Fernando Morais, sobre o empresário da comunicação Assis Chateaubriand, *Mauá: o imperador do Brasil*, de Jorge Caldeira e *Estrela Solitária*, a respeito do jogador Garrincha, de Ruy Castro, “apareceram entre os dez livros de não-ficção mais vendidos no país e estão entre os maiores sucessos de crítica e público dos anos noventa”.

No entanto, na primeira década do século XXI o lucrativo mercado de biografias se viu abalado por questionamentos judiciais. Em 2013, chegou ao auge o que se convencionou chamar de “Batalha das Biografias”. No centro da questão estava a legitimidade dos artigos 20 e 21 do Código Civil Brasileiro (2002). A lei estabelece que “salvo se autorizadas, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas” não só pelos biografados, mas também pelos seus herdeiros em caso de morte, “se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais”.

No dia 10 de junho de 2015, depois de um debate acalorado na imprensa que envolveu até artistas de renome, como Chico Buarque e Caetano Veloso, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalmente considerou inconstitucional a norma que proibia a publicação de biografias não-autorizadas pelos personagens retratados. A liberação da publicação desse tipo de livro foi aprovada por sete dos nove ministros do STF que participaram do julgamento. Carmem Lúcia, que foi a relatora, mencionou, em seu voto, que a obrigação de autorização para as biografias configuraria um tipo de censura prévia. No entanto, ficou mantido o direito legítimo dos personagens citados nas biografias de serem indenizados em casos de abusos comprovados.

Como ponderou a ministra Carmem Lúcia, os abusos podem ocorrer, e ocorrem, sobre qualquer direito. Mas não é “constitucionalmente admissível que se restrinja a liberdade de expressão e de informação de todos para garantir a liberdade de intimidade de um. A censura já morreu. Foi a Constituição do Brasil que garantiu o fim da censura”.

Rumos no século XXI: mercado difuso, cinema e campo de trabalho

Nas primeiras décadas do século XXI o livro-reportagem continua representando um segmento importante para as editoras brasileiras. Mas os livros de não-ficção escritos por jornalistas enfrentam os mesmos turbilhões de crise que costumam atingir constantemente o mundo editorial. Ainda assim, uma simples consulta aos catálogos das principais editoras que trabalham com o gênero no Brasil atesta que um número variado de jornalistas continua fechando acordos para produzir livros-reportagem e biografias sobre múltiplos assuntos.

Quanto aos jornalistas-autores, a possibilidade de sobreviver de livro no Brasil contemporâneo parece remota. Alguns, mais experientes, como Fernando Morais e Lira Neto, conseguiram tal status, mas muitos repórteres ainda dividem o ofício de escritor com a labuta diária nas redações. Ou, em alguns casos, mesmo não estando presencialmente nelas, precisam ainda colaborar com colunas semanais. As estratégias de marketing parecem ser, às vezes, mirabolantes e caras, como as que antecedem o lançamento de autores *best-sellers* como Laurentino Gomes, autor de *1808, 1822 e 1889*. No entanto, uma grande massa de jornalistas que escreve livros luta para conseguir viabilizar contratos e tentar continuar publicando novas obras.

A estrutura narrativa dos livros-reportagem, com força na descrição dos ambientes e reconstituição dos personagens em plena ação, também tem chamado a atenção dos produtores de cinema brasileiros. Entre os jornalistas-autores, Fernando Morais é um dos que mais teve a chance de ver suas obras serem transpostas para a tela grande. A mais cara, com chancela da Globo Filmes, em 2004, foi *Olga*, dirigida por Jayme Monjardim e com Camila Morgado no papel principal da judia alemã que foi central na vida e na militância de Luís Carlos Prestes. Com o tempo, o filme atingiu a marca de 3,5 milhões de espectadores.

Algumas associações também oferecem prêmios específicos para a categoria livro-reportagem ou biografia. Embora alguns jornalistas escritores não acreditem que esses prêmios impactem a vendagem dos seus livros, trata-se de uma chancela a mais para as editoras pelo menos carimbarem um selo de premiado em novas edições, agregando valor simbólico ao produto. O prêmio Jabuti é o mais prestigiado, sendo que alguns livros-reportagem superaram as categorias específicas e arremataram, também, o prêmio de melhor livro de não-ficção do ano. Foi o caso, por exemplo, de *Estrela solitária*, de Ruy Castro, em 1996, *Corações sujos*, de Fernando Morais, em 2001, *Abusado*, de Caco Barcellos, em 2004, *Carmem, uma biografia*, de Ruy Castro, em 2006 e do bi-campeão nessa categoria máxima, Laurentino Gomes, com *1808 e 1822*, respectivamente em 2008 e 2011.

O Prêmio Vladimir Herzog, que agraciava livros com temas mais sociais, políticos e engajados, abandonou a categoria de livro-reportagem em 2010. Já a Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) ainda premia anualmente livros nas amplas categorias de Ensaio/teoria e Crítica literária/reportagem, além de Biografia/Autobiografia/Memória. Em termos internacionais, o campo da não-ficção em

livro comemorou o prêmio Nobel de Literatura de 2015, concedido, pela primeira vez, a uma autora de livros-reportagem, a escritora e jornalista bielorrussa Svetlana Alexiévitch, que concebeu, entre outras obras, *Vozes de Tchernóbil: a história oral de um desastre nuclear* e *A guerra não tem rosto de mulher*, lançados em 2016 no Brasil. Um sinal de reconhecimento do gênero no campo literário e no mercado editorial.

Por outro lado, a produção de livros-reportagem por estudantes de Jornalismo em todo o Brasil, como modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), também é significativa e merece mais estudos acadêmicos. Porém, poucos conseguem publicar posteriormente as suas experiências ou mesmo se aventurar mais profundamente nesse campo quando se tornam profissionais. Uma boa amostra da força desse tipo de produto nas universidades de jornalismo são as inscrições para o prêmio Expocom, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom), que escolhe todos os anos, em seus congressos regionais e nacionais, os melhores livros-reportagem produzidos por acadêmicos de Jornalismo.

Como no passado, os jornalistas que escrevem livros continuam assumindo uma postura de revelar um Brasil oculto, aspectos da história pouco iluminados, personagens importantes que não tinham tido a devida avaliação pública e uma carga forte de humanização. Desde meados dos anos 1980, os livros escritos por jornalistas foram deixando de ser apenas espaço de publicação de crônicas ou reportagens que já tinham obtido o reconhecimento público na mídia impressa diária para tornarem-se projetos profissionais de jornalistas-autores.

O que se pode afirmar com alguma segurança é que a herança do jornalismo como instituição, ou seja, dos saberes de procedimento e reconhecimento do que é noticiável ou, no caso do livro, “eternizável”, continuam movendo e servindo de baliza para vários jornalistas-autores no processo de elaboração dos livros-reportagem. Euclides da Cunha, o pioneiro no laboratório de transformar informações jornalísticas em material de livro e todos os seus sucessores, principalmente os repórteres-cronistas continuam sendo modelos, apesar das diferenças com as formas atuais de produção.

Referências

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 20 ago.2016.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ética, 2006.

CALLADO, Antonio. Prefácio. In. MORAIS, Fernando. **A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.

CATALÃO JR., Antônio Heriberto. **Jornalismo Best-seller: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo**. 2010. 252f. Tese doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

COSTALLAT, Benjamim. **Mistérios do Rio**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: volume 1 e 2. São Paulo, Abril, 2010.

FLOREAL, Sylvio. **Ronda da meia-noite**. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Um livro “vingador” (prefácio)**. In: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: volume 1. São Paulo, Abril, 2010.

JOÃO DO RIO. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo, Martin Claret, 2007.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: livro-reportagem como extensão do jornalismo**. São Paulo: editora Manole. 4ª edição, 2009.

MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter**. São Paulo: Record, 1999.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

VIDAL E SOUZA, Candice. **Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

VILAS BOAS, Sergio Luis. **Metabiografia e Seis Tópicos Para Aperfeiçoamento do Jornalismo Biográfico**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - USP, 2006.

_____, Sergio Luís. **Biografia e biógrafos: jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Summus, 2002.